

PARECER HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITO

GRUPO BATTISTI



PARECER HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITO

Recuperação Judicial: Grupo Battisti

Processo: 0000357-17.2024.8.16.0131

Juízo: 2ª Vara Cível da Comarca de Pato Branco/PR.

Aprioristicamente, cumpre informar que segue em anexo a Relação Nominal de Credores da AJ- Art. 7º §2º da Lei 11.101/2005, contemplando a relação sintética de credores e seus respectivos créditos apurados por esta Administradora Judicial na fase administrativa de verificação dos créditos. Ainda, segue pormenorizadamente no Relatório da Fase Administrativa anexo, a descrição individualizada de cada crédito, seus respectivos valores e o resultado das análises realizadas. Por fim, no presente Parecer Habilitações e Divergências de Crédito, seguem, na íntegra, as análises realizadas por esta Administradora Judicial, das habilitações e/ou divergências apresentadas, nos moldes previstos pelo artigo 7º, §1º, da Lei 11.101/2005.

Em tempo, cumpre salientar que o "EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CREDORES, TERCEIROS E INTERESSADOS COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA HABILITAÇÕES OU DIVERGÊNCIAS, NOS TERMOS DO ART. 52, § 1º DA LEI Nº 11.101/2005. RECUPERAÇÃO JUDICIAL: JUARIZA SUPERMERCADO LTDA (CNPJ: 12.433.661/0001-90), BTT - PISCICULTURA E ADMINISTRAÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA (CNPJ: 20.209.310/0001-28), E M. B. BATTISTI (CNPJ: 19.613.420/0001-71)." fora devidamente publicado no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná, na Edição nº 3595, com data de publicação em 06/02/2024 (veiculado em 05/02/2024).

Assim sendo, em data de 22/02/2024 decorreu o prazo de 15 (quinze) dias previsto no art. 7º, § 1º, da Lei 11.101/2005, para os credores apresentarem à Administradora Judicial suas habilitações ou as suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Imperioso mencionar que houve apresentação TEMPESTIVA de habilitações/divergências de crédito, pelos seguintes credores, em consonância ao prazo previsto no artigo 7º, §1º, da Lei 11.101/2005: CLASSE III – A F Guedes Securitizadora S.A.; Algeri e Orlandini LTDA; Banco Bradesco S.A.; Banco do Brasil S.A.; Casa Di Conti LTDA; Cooperativa De Crédito, Poupança E Investimento Iguaçu – Sicredi Iguaçu PR/SC/SP; Deycon Comércio e Distribuição LTDA; Esdel Comércio de Produtos Alimentares LTDA; Fiorelo Pegoraro Comércio e Distribuição LTDA; Freixenet Brasil LTDA; Friovel Distribuidora de Alimentos LTDA; Geriba Distribuidora LTDA; Gestlê Distribuição e Logística LTDA; Industria e Comércio de Trigo Mariopolis LTDA; JJ Instalações Comerciais LTDA; Kike Log Brasil LTDA; Mirante Comercio e Indústria LTDA; Moinho de Trigo e Mad Bolson LTDA; Polina Comercial de Alimentos LTDA; Produtos Quimicos Orion S.A; Sudoeste Ind e Com de Aços LTDA; Trademaster Instituição de Pagamento, Serviços e Participações S.A.; ZMPL Logística e Transportes LTDA. CLASSE IV – F. Pel Indústria E Comercio De Papeis E Plasticos Ltda EPP; Fort-Pel Ind e Distribuidora de Papeis e Plásticos LTDA ME; FP Distribuidora De Papeis E Plasticos LTDA ME; Incon Industria De Condimentos LTDA EPP; Industria E Comercio De Biscoitos Cascata LTDA ME; Lourival Equipamentos e Gases LTDA EPP; Madam Calçados LTDA EPP.

Ante o exposto, esta Administradora Judicial entende pertinente tecer as seguintes considerações acerca das habilitações/divergências apresentadas pelos credores supramencionados.

HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS CLASSE III
CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS

3.1 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO – A F GUEDES SECURITIZADORA S.A.

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 377,63	R\$ 0	R\$ 0

O Credor A F Guedes Securitizadora S.A. apresentou divergência a esta Administradora Judicial, ocasião em que requereu a exclusão do valor de sua titularidade de **R\$ 377,63 (trezentos e setenta e sete reais e sessenta e três centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

Em apertada síntese, aduz, o Credor, que seu crédito foi cedido e outra pessoa jurídica (**Sementes Crestani Ltda**), não sendo mais o credor titular deste crédito que está habilitado na Recuperação Judicial.

Nesse sentido, após análise do pedido do Credor e do instrumento contratual (cessão de crédito), o entendimento desta Administradora Judicial é pelo provimento do pleito do Credor.

Ante o exposto, tendo em vista o pedido do Credor, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente **EXCLUÍDO**, da relação de credores.

3.2 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – ALGERI E ORLANDINI LTDA

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 5.783,64	R\$ 25.783,64	R\$ 25.783,64

O Credor Algeri e Orlandini LTDA apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do valor de sua titularidade para **R\$ 25.783,64 (vinte e cinco mil setecentos e oitenta e três reais e sessenta e quatro centavos)**, outrora habilitado pelas Recuperandas no importe de R\$ 5.783,64 (cinco mil setecentos e oitenta e três reais e sessenta e quatro centavos), referente a duas notas fiscais.

Em apertada síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito deve ser retificado, apresentando documentos comerciais (notas fiscais e fatura) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstanciam o crédito, sendo eles:

Documento	Data de Emissão	Valor (em reais)
NF nº 13.934	16/11/2023	R\$ 25.374,90
NF nº 14.151	27/11/2023	R\$ 408,74
VALOR TOTAL		R\$ 25.783,64

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, **esta Administradora Judicial** conclui pela **PROCEDÊNCIA** da divergência de crédito apresentada pelo Credor, retificando o valor do crédito da sociedade empresária **Algeri e Orlandini LTDA**, no importe de **R\$ 25.783,64 (vinte e cinco mil setecentos e oitenta e três reais e sessenta e quatro centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

3.3 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – BANCO BRADESCO S.A.

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 520.718,96	R\$ 710.562,74	R\$ 710.562,74

O Credor Banco Bradesco S.A. apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do valor de sua titularidade para **R\$ 710.562,74 (setecentos e dez mil, quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e quatro centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

O petitório do credor repousa um pedido **referente a habilitação e retificação de créditos concursais** devidamente atualizados até a data do pedido de Recuperação Judicial.

Pois bem.

Para justificar o pleito, foram apresentados 03 (três) contratos bancários, quais sejam, Cartão De Crédito Visa Platinum Nº 4646 1111 1487 0782, Cédula De Crédito Bancário – BNDES Automático Nº 6125852 e Cédula De Crédito Bancário – Conta Garantida Aval – PJ nº 4911791, todos devidamente instruídos com planilha de débitos em consonância ao disposto no art. 9º, II da Lei 11.101/2005, a saber:

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO EM 12/01/2024 (em reais)
BNDES Automático Nº 6125852	R\$ 418.546,24
Conta Garantida Aval – PJ nº 4911791	R\$ 136.185,76
Visa Platinum Nº 4646 1111 1487 0782	R\$ 155.830,74
Valor Total	R\$ 710.562,74

Assim sendo, em análise aos referidos instrumentos e de seus respectivos anexos, verifica-se que o Credor observou a limitação de aplicação de correção monetária imposta pelo art. 9º, inc. II, da Lei 11.101/2005, culminando no valor requerido.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo seus créditos retificados para o importe de R\$ 710.562,74 (setecentos e dez mil, quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e quatro centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

3.4 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – BANCO DO BRASIL S.A.

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 502.690,21	R\$ 949.499,80	R\$ 949.499,80

O Credor Banco Do Brasil S.A. apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do valor de sua titularidade para **R\$ 949.499,80 (novecentos e quarenta e nove mil quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

O petitório do credor repousa um pedido **referente a habilitação e retificação de créditos concursais** devidamente atualizados até a data do pedido de Recuperação Judicial.

Pois bem.

Para justificar o pleito, foram apresentados 04 (quatro) contratos bancários, quais sejam, BB Capital De Giro Digital nº 856307805, BB Capital De Giro Digital nº 856307818, Tarifa Bancária nº 14681 e Cartão de Crédito Ouro Card Empresarial nº 164037825, todos devidamente instruídos com planilha de débitos em

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJXHU LC7C5 DDPVV LQB2B

consonância ao disposto no art. 9º, II da Lei 11.101/2005, a saber:

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO EM 12/01/2024 (em reais)
BB Capital De Giro Digital nº 856307805	R\$ 612.924,10
BB Capital De Giro Digital nº 856307818	R\$ 289.638,14
Tarifa Bancária nº 14681	R\$ 144,00
Cartão de Crédito Ouro Card Empresarial nº 164037825	R\$ 46.793,56
VALOR TOTAL	R\$ 949.499,80

Assim sendo, em análise aos referidos instrumentos e de seus respectivos anexos, verifica-se que o Credor observou a limitação de aplicação de correção monetária imposta pelo art. 9º, inc. II, da Lei 11.101/2005, culminando no valor requerido.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo seus créditos retificados para o importe de R\$ 949.499,80 (novecentos e quarenta e nove mil quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

3.5 ANUÊNCIA DE CRÉDITO – CASA DI CONTI LTDA

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 8.224,47	R\$ 8.224,47	R\$ 8.224,47

O Credor Casa Di Conti LTDA apresentou anuência a esta Administradora Judicial, ocasião em que requereu a manutenção do valor de sua titularidade em **R\$ 8.224,47 (oito mil duzentos e vinte e quatro reais e quarenta e sete centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

Em apertada síntese, aduz, o Credor, que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está correto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstanciam o crédito, sendo eles:

Duplicata	Data de Emissão	Valor (em reais)
1633011	16/11/2023	R\$ 8.224,47
VALOR TOTAL		R\$ 8.224,47

Ante o exposto, tendo em vista a anuência exarada pelo Credor após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente **MANTIDO**, no importe de **R\$ 8.224,47 (oito mil duzentos e vinte e quatro reais e quarenta e sete centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

3.6 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – COOPERATIVA DE CRÉDITO POUPANCA E INVESTIMENTO IGUACU-SICREDI IGUACU PR/SC/SP

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 2.173.566,28	R\$ 0	R\$ 4.134.458,16

O Credor Cooperativa de Crédito Poupança e Investimento Iguacu-Sicredi Iguacu PR/SC/SP apresentou

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: P.JXHU LC7C5 DDPVV LQB2B

diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a exclusão dos valores de sua titularidade por se tratar de cédulas vinculadas a atos cooperativos, na forma do art. 6, §13 da Lei 11.101/2005¹.

O credor ressaltou em seu petitório inicial que os 7 (sete) contratos nº C11430743-8; Contrato nº C21431234-4; Contrato nº C31430302-9; Conta corrente 65273-3; Conta corrente 27027-0; Capital de giro C31431346-6; e Fatura do cartão de crédito final 0003 que são objetos da presente divergência de crédito, são operações de crédito advindas de ato cooperado, razão pela qual devem ser declarados extraconcursais.

O novel dispositivo §13º, do art. 6º, da Lei nº 11.101/2005, em sua primeira parte, prevê a exclusão da recuperação judicial dos créditos derivados de contratos firmados entre cooperativas e seus associados, caracterizados como atos cooperativos na forma do art. 79, da Lei nº 5.764/71.

Ocorre que a redação do mencionado dispositivo não é suficientemente clara quanto à exclusão de créditos decorrentes de operações contratadas junto a cooperativas de crédito.

Isso porque, atualmente muito se aborda acerca da natureza de instituição financeira das cooperativas de crédito que, em que pese se revistam da “essência cooperativista”, por vezes ofertam operações de mercado, com objetivo de auferir lucro, equivalente às operações realizadas pelas instituições financeiras.

Não se questiona quanto aos fins sociais da cooperativa de crédito ora impugnante. Contudo, em especial ao objetivo, denota-se a semelhança em relação as instituições financeiras, uma vez que, dentre os serviços ofertados pela Cooperativa se destaca a administração de recursos, empréstimos, consórcios, seguros e obtenção de recursos financeiros externos, conforme infra:



Clara é a homogeneidade que se dá entre a Cooperativa Credora com as instituições financeiras, tanto que em [reportagem do site G1](#)², elaborada pela própria Cooperativa **Sicredi Vanguarda**, essa se autodenomina como **uma instituição financeira**.

¹ Art. 6.
§ 13. Não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial os contratos e obrigações decorrentes dos atos cooperativos praticados pelas sociedades cooperativas com seus cooperados, na forma do art. 79 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, consequentemente, não se aplicando a vedação contida no inciso II do art. 2º quando a sociedade operadora de plano de assistência à saúde for cooperativa médica.
² Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/especial-publicitario/sicredi/noticia/2023/12/15/5-motivos-para-ter-uma-conta-em-cooperativa-de-credito.ghml>> Acesso em 05/03/2024 às 17:30h.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJXHU LC7C5 DDPVV LQB2B

Ressalta-se ainda que, diferentemente, dos demais tipos de cooperativas, as cooperativas de crédito, como é o caso da Credora em análise, são diretamente supervisionadas pelo Banco Central do Brasil e estão submetidas ao regramento estipulado por tal entidade supervisora do sistema financeiro, que dispõe que "as cooperativas de crédito são autorizadas e supervisionadas pelo Banco Central, ao contrário dos outros ramos do cooperativismo, tais como transporte, educação e agropecuária"³.

Ademais na Jurisprudência em Teses do Colendo Superior Tribunal de Justiça, de modo específico, os temas ligados ao Direito Civil Bancário, edição nº 48, foram firmadas duas teses que reforçam a ideia supramencionada, conforme infra:

4) As cooperativas de crédito são equiparadas às instituições financeiras, aplicando-se-lhes o Código de Defesa do Consumidor, nos termos da Súmula n. 297/STJ⁴.

16) As cooperativas de crédito e as sociedades abertas de previdência privada são equiparadas a instituições financeiras, inexistindo submissão dos juros remuneratórios cobrados por elas às limitações da Lei de Usura⁵.

Nessa linha, cumpre realizar a interpretação sistemática e teleológica do dispositivo da LFRJ que excluiu da Recuperação Judicial os créditos firmados junto às cooperativas.

O legislador, no §13º, do art. 6º, da Lei nº 11.101/2005 dispôs que "não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial os contratos e obrigações decorrentes dos atos cooperativos praticados pelas sociedades cooperativas com seus cooperados, na forma do art. 79 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971".

Neste sentido, insta salientar que desde 2009, as cooperativas de crédito passaram a ser reguladas pela **Lei Complementar nº 130/2009**, fato que corrobora quanto a sujeição dos créditos da Cooperativa, ora credora, à recuperação judicial, eis que o legislador falimentar previu tão somente a **Lei nº 5.764/1971**, que após 2009 passou a abranger às relações cooperativistas clássicas, como por exemplo a reunião de produtores rurais.

Assim sendo, os motivos trazidos pela Emenda nº 13, ao Projeto de Lei nº 6229/2005⁶, na Câmara dos Deputados (origem da Lei nº 14.112/20), encabeçado pelo Deputado Federal Arnaldo Jardim, enfocam justamente na tutela das cooperativas abarcadas pela Lei 5.764/71, tendo em vista que as justificativas não se coadunam à atividade bancária exercidas pelas cooperativas de crédito, tal como opera as instituições financeiras, reconhecidamente na jurisprudência pátria.

Desta forma, é possível inferir que, se assim o fosse, as justificativas também seriam direcionadas às cooperativas de que trata a Lei Complementar nº 130/09, o que não fora realizado conforme se denota pelo inteiro teor das justificativas da dita emenda.

Não obstante, convém colacionar trechos da decisão da Desembargadora Dilmari Helena Kessler do Tribunal de Justiça do Paraná (proferida 07/2023) e entendimento do Tribunal de Justiça de São Paulo (proferido 05/2023) acerca do tema, conforme segue respectivamente:

"No caso concreto, as partes celebraram contratos de Cédula de Crédito Bancário (mov. 1.4 a 1.8), que não se trata de atos cooperativos típicos, para a consecução dos objetivos sociais dos cooperados, mas de verdadeira operação de mercado, com objetivo de auferir lucro, equivalente às operações realizadas pelas instituições financeiras, sujeitas, portanto, em princípio, aos

3 Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidade/financeira/cooperativacredito>>

4 Julgados: AgInt no AREsp 906114/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 21/10/2016; AgRg no AREsp 420686/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 02/02/2016; AgRg no AREsp 560792/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 01/12/2015; AgRg no REsp 1135068/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 02/09/2014, DJe 08/09/2014; AgRg no AREsp 428231/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/2013, DJe 19/12/2013; REsp 1256105/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, julgado em 13/02/2017, DJe 06/03/2017.

5 Precedentes: AgRg no REsp 1264108/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 10/03/2015, DJe 19/03/2015; AgRg no REsp 1119309/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 19/08/2014; REsp 1141219/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/04/2014, DJe 12/05/2014; AgRg no REsp 958210/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/05/2011, DJe 06/06/2011; AREsp 288470/RS (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO BUZZI, julgado em 13/10/2015, DJe 26/10/2015; AREsp 679315/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, julgado em 25/05/2015, DJe 03/06/2015. (VIDE INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA N. 539).

6 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1923363&filename=Tramitacao-EMP%2013%20-%3E%20PL%206229/2005>

efeitos da Lei nº 11.101/05. (...)
Veja-se que a agravada é cooperativa de crédito, e não uma cooperativa agrícola ou de produtores, por exemplo, que são hipóteses que se enquadram na exceção legal do §13 da lei regente. Inclusive, a própria agravada SICREDI intitula-se como a primeira instituição financeira cooperativa do Brasil, logo diferencia-se das demais cooperativas de crédito e sujeita-se aos efeitos da lei de falências, consoante precedentes do STJ. (...)

Destarte, diante da aparente probabilidade do direito e do possível prejuízo ao soerguimento da recuperanda, com a manutenção da decisão agravada, **prudente sobrestar os efeitos da decisão, até um maior aprofundamento do caso**".

"AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – "SAMMI" - IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO APRESENTADA POR COOPERATIVA DE CRÉDITO – Decisão agravada que considerou o crédito da Cooperativa de Crédito SICREDI RIO PARANÁ como extraconcursal – Inconformismo da recuperanda – Acolhimento - **O caso vertente envolve crédito de cooperativa de crédito, cuja natureza e atividade não se confundem com as demais cooperativas (que são consideradas sociedades simples, não se sujeitando à falência, cf. art. 982, parágrafo único, Código Civil). Sendo cooperativa de crédito, não se lhe aplica o disposto no art. 6º, § 13, da Lei nº 11.101/2005.** A cooperativa de crédito, malgrado não possa pedir recuperação judicial (art. 2º, II, Lei n. 11.101/2005), sujeita-se à intervenção, liquidação extrajudicial pelo Banco Central, além da falência (art. 1º, Lei n. 6.024/1974). **A própria lei das Cooperativas (Lei nº 5.764/1971) distingue a cooperativa de "crédito" das demais, subordinando-a às normas do CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (art. 18, §§ 4º e 9º; art. 103 da Lei n. 5.764/1971). E a Lei Complementar n. 130/2009, ao dispor sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, autoriza a prestação de serviços de natureza financeira (operações de crédito) a associados e a não associados, inclusive a entidades do poder público (art. 2º, § 2º), evidenciando que a cooperativa de crédito não está regada pela lei das cooperativas (Lei n. 5.764/1971)- Acolhimento do recurso para julgar improcedente a impugnação de crédito, devendo o crédito da cooperativa ser considerado como concursal (quirografário) - Decisão reformada – RECURSO PROVIDO"**".

Isto posto, tendo em vista a natureza jurídica "sui generis" das cooperativas de crédito, e a partir da Lei Complementar nº 130/2009, que regulamenta tais instituições e exclui a sua sujeição das disposições da Lei nº 5.764/1971, bem como com base no entendimento jurisprudencial atual, esta Administradora Judicial entende que, em relação as cédulas de crédito titularizadas da Cooperativa, ora Credora, não se enquadra a extraconcursalidade do §13º, do art. 6º, da Lei nº 11.101/2005.

Outrossim, para além do pedido de extraconcursalidade, o Credor também apresentou todos seus créditos devidamente atualizados até a data do pedido de Recuperação Judicial, os quais devem ser devidamente retificados na relação de credores, a saber:

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO EM 12/01/2024 (em reais)
C11430743-8	R\$ 1.051.470,05
C21431234-4	R\$ 2.794.721,64
C31430302-9	R\$ 146.878,96
Conta corrente 27027-0	R\$ 51.489,51
Conta corrente 65273-3	R\$ 5.000,00
Capital de giro C31431346-6	R\$ 52.366,38

7 AI: 0045187-10.2023.8.16.0000 TJPR, Relator: Dilmari Helena Kessler, Data de Julgamento: 17/07/2023, 17ª Câmara Cível.
8 TJ-SP - AI: 2105754282028260000 Presidente Prudente, Relator: Sérgio Shimura, Data de Julgamento: 23/05/2023, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 23/05/2023.

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO EM 12/01/2024 (em reais)
Fatura do cartão de crédito final 0003	R\$ 32.531,62
Valor Total	R\$ 4.134.458,16

Desta feita, com base na fundamentação supra exposta, esta Administradora Judicial conclui pela **IMPROCEDÊNCIA** da Divergência apresentada no sentido de reconhecer a extraconcursabilidade do importe habilitado na relação de credores de titularidade do credor, sendo tão somente retificado/majorado (nos termos das planilhas de débitos apresentadas na forma do art. 9, II da lei 11.101/2005) para a cifra de **R\$ 4.134.458,16 (quatro milhões cento e trinta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos)**, na **Classe III - Créditos Quirografários**.

3.6 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – DEYCON COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 88.345,65	R\$ 111.840,66	R\$ 111.840,66

O Credor Deycon Comércio e Distribuição LTDA apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do valor de sua titularidade para **R\$ 111.840,66 (cento e onze mil oitocentos e quarenta reais e sessenta e seis centavos)**, outrora habilitado pelas Recuperandas no importe de R\$ 88.345,65 (oitenta e oito mil trezentos e quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

Em apertada síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito deve ser retificado, apresentando documentos comerciais (notas fiscais e fatura) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstanciam o crédito, sendo eles:

Documento	Data de Emissão	Valor (em reais)
NF nº 118117	27/10/2023	R\$ 632,06
NF nº 122299	10/11/2023	R\$ 12.173,82
NF nº 126775	24/11/2023	R\$ 3.681,40
NF nº 129968	05/12/2023	R\$ 832,60
NF nº 126775	24/11/2023	R\$ 3.681,38
NF nº 122300	10/11/2023	R\$ 1.489,20
NF nº 122301	10/11/2023	R\$ 4.171,39
NF nº 123204	16/11/2023	R\$ 37.918,43
NF nº 126775	24/11/2023	R\$ 3.681,38
NF nº 122300	10/11/2023	R\$ 1.489,20
NF nº 122301	10/11/2023	R\$ 4.171,38
NF nº 123204	16/11/2023	R\$ 37.918,42
VALOR TOTAL		R\$ 111.840,66

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, **esta Administradora Judicial** conclui pela **PROCEDÊNCIA** da divergência de crédito apresentada, retificando o valor do crédito de titularidade do Credor para o importe de **R\$ 111.840,66 (cento e onze mil oitocentos e quarenta reais e sessenta e seis centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PUXHU LC7C5 DDPVV LQB2B



3.7 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – ESEDL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 6.394,20	R\$ 8.183,53	R\$ 8.183,53

O Credor Esdel Comércio De Produtos Alimentares LTDA apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do valor de sua titularidade para **R\$ 8.183,53 (oito mil cento e oitenta e três reais e cinquenta e três centavos)**, outrora habilitado pelas Recuperandas no importe de R\$ 6.394,20 (seis mil trezentos e noventa e quatro reais e vinte centavos).

Em apertada síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito deve ser retificado, apresentando documentos comerciais (notas fiscais e fatura) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstanciam o crédito, sendo eles:

Documento	Data de Emissão	Valor (em reais)
NF nº 729553	16/11/2023	R\$ 5.260,80
NF nº 730645	23/11/2023	R\$ 747,00
NF nº 729545	16/11/2023	R\$ 2.140,00
VALOR TOTAL		R\$ 8.183,53

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, **esta Administradora Judicial** conclui pela **PROCEDÊNCIA** da divergência de crédito apresentada, retificando o valor do crédito de titularidade do Credor para o importe de **R\$ 8.183,53 (oito mil cento e oitenta e três reais e cinquenta e três centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

3.8 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – FIORELO PEGORARO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 141.141,77	R\$ 138.616,06	R\$ 138.616,06

O Credor Fiorelo Pegoraro Comércio e Distribuição LTDA apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do valor de sua titularidade para **R\$ 138.616,06 (cento e trinta e oito mil seiscentos e dezesseis reais e seis centavos)**, outrora habilitado pelas Recuperandas no importe de R\$ 141.141,77 (cento e quarenta e um mil cento e quarenta e um reais e setenta e sete centavos).

Em apertada síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito deve ser retificado, apresentando documentos comerciais (notas fiscais e fatura) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstanciam o crédito, sendo eles:

Documento	Data de Emissão	Valor (em reais)
NF nº 219914	10/11/2023	R\$ 28.898,77
NF nº 219914	10/11/2023	R\$ 28.898,75
NF nº 219916	10/11/2023	R\$ 8.569,92
NF nº 219917	10/11/2023	R\$ 9.166,64
NF nº 219914	10/11/2023	R\$ 28.898,75
NF nº 219914	10/11/2023	R\$ 28.898,75
NF nº 224595	24/11/2023	R\$ 4.579,90

Documento	Data de Emissão	Valor (em reais)
NF nº 224596	24/11/2023	R\$ 704,58
VALOR TOTAL		R\$ 138.616,06

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, **esta Administradora Judicial** conclui pela **PROCEDÊNCIA** da divergência de crédito apresentada, retificando o valor do crédito de titularidade do Credor para o importe de **R\$ 138.616,06 (cento e onze mil oitocentos e quarenta reais e sessenta e seis centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

3.9 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – FREIXENET BRASIL LTDA

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 4.833,75	R\$ 4.834,22	R\$ 4.834,22

O Credor Freixenet Brasil LTDA apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do valor de sua titularidade para **R\$ 4.834,22 (quatro mil oitocentos e trinta e quatro reais e vinte e dois centavos)**, outrora habilitado pelas Recuperandas no importe de R\$ 4.833,75 (quatro mil oitocentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos).

Em apertada síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito deve ser retificado, apresentando documentos comerciais (notas fiscais e fatura) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstanciam o crédito, sendo eles:

Documento	Data de Emissão	Valor (em reais)
NF nº 219914	10/11/2023	R\$ 4.834,22
VALOR TOTAL		R\$ 4.834,22

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, **esta Administradora Judicial** conclui pela **PROCEDÊNCIA** da divergência de crédito apresentada, retificando o valor do crédito de titularidade do Credor para o importe de **R\$ 4.834,22 (quatro mil oitocentos e trinta e quatro reais e vinte e dois centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

3.10 - ANUÊNCIA DE CRÉDITO – FRIOVEL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 11.611,34	R\$ 11.611,34	R\$ 11.611,34

O Credor Frioovel Distribuidora De Alimentos LTDA apresentou anuência a esta Administradora Judicial, ocasião em que requereu a manutenção do valor de sua titularidade em **R\$ 11.611,34 (onze mil seiscentos e onze reais e trinta e quatro centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

Em apertada síntese, aduz, o Credor, que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está correto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstanciam o crédito, sendo eles:

Duplicata	Data de Emissão	Valor (em reais)
NF nº 2114-01	24/11/2023	R\$ 6.115,17

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJXHU LC7C5 DDPVV LQB2B



Duplicata	Data de Emissão	Valor (em reais)
NF nº 845-01	14/11/2023	R\$ 1.460,43
NF nº 101450-01	22/11/2023	R\$ 2.281,98
NF nº 101451-01	23/11/2023	R\$ 1.753,76
VALOR TOTAL		R\$ 11.611,34

Ante o exposto, tendo em vista a anuência exarada pelo Credor após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente **MANTIDO**, no importe de **R\$ 11.611,34 (onze mil seiscentos e onze reais e trinta e quatro centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

3.11 - ANUÊNCIA DE CRÉDITO – GERIBA DISTRIBUIDORA LTDA

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 33.959,67	R\$ 33.959,67	R\$ 33.959,67

O Credor Geriba Distribuidora LTDA apresentou anuência a esta Administradora Judicial, ocasião em que requereu a manutenção do valor de sua titularidade em **R\$ 33.959,67 (trinta e três mil novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e sete centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

Em apertada síntese, aduz, o Credor, que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está correto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstanciam o crédito, sendo eles:

Duplicata	Data de Emissão	Valor (em reais)
NF nº 58752	10/11/2023	R\$ 11.472,00
NF nº 55873	10/11/2023	R\$ 11.024,28
NF nº 869	10/11/2023	R\$ 1.932,60
NF nº 869	10/11/2023	R\$ 1.932,60
NF nº 871	10/11/2023	R\$ 7.598,19
VALOR TOTAL		R\$ 33.959,67

Ante o exposto, tendo em vista a anuência exarada pelo Credor após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente **MANTIDO**, no importe de **R\$ 33.959,67 (trinta e três mil novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e sete centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

3.12 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – GESTLÊ DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 0	R\$ 180.981,13	R\$ 180.981,13

O Credor Gestlê Distribuição E Logística LTDA apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a Habilitação de crédito de sua titularidade na cifra de **R\$180.981,13 (cento e oitenta mil novecentos e oitenta e um reais e treze centavos)**, outrora habilitado pelas Recuperandas parcialmente em favor de um terceiro credor (Nestle Brasil LTDA).

Em apertada síntese, aduz o Credor que efetuou o pagamento dos valores devidos ao Credor

originário (Nestle Brasil LTDA), sub-rogando-se nos direitos creditícios daquele perante as Recuperandas, motivo pelo qual requereu a habilitação destes valores, apresentando documentos comerciais (notas fiscais e comprovantes da transação comercial) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstanciam o crédito, sendo eles:

Documento	Data de Emissão	Valor (em reais)
NF nº 9718416417	10/11/2023	R\$ 312,90
NF nº 9718416417	10/11/2023	R\$ 312,89
NF nº 9718416440	10/11/2023	R\$ 868,90
NF nº 9718416440	10/11/2023	R\$ 868,90
NF nº 9718419659	10/11/2023	R\$ 2.975,09
NF nº 9718419659	10/11/2023	R\$ 2.975,09
NF nº 9718419852	10/11/2023	R\$ 1.590,39
NF nº 9718419852	10/11/2023	R\$ 1.590,39
NF nº 9719000443	17/11/2023	R\$ 10.330,87
NF nº 9719000484	17/11/2023	R\$ 3.016,19
NF nº 9719000491	17/11/2023	R\$ 5.170,60
NF nº 9719000494	17/11/2023	R\$ 64.139,53
NF nº 9719000499	17/11/2023	R\$ 62.397,04
NF nº 9719233100	20/11/2023	R\$ 9.250,55
NF nº 9719233173	20/11/2023	R\$ 9.527,78
NF nº 9719233205	20/11/2023	R\$ 1.691,57
NF nº 9719233217	20/11/2023	R\$ 327,15
NF nº 9719233228	20/11/2023	R\$ 1.233,14
NF nº 9719233244	20/11/2023	R\$ 304,16
NF nº 9719704267	24/11/2023	R\$ 145,16
NF nº 9720538887	04/12/2023	R\$ 1.952,84
VALOR TOTAL		R\$180.981,13

Sobre o tema, o entendimento desta Administradora Judicial é pelo provimento integral do pedido, na medida em que, uma vez adimplido os valores devidos pelas Recuperandas, perante o credor originário, o novel credor Gestlê Distribuição E Logística LTDA sub-rogou-se nos direitos creditícios do credor sub-rogado, conforme prevê o art. 346 do Código Civil e seguintes.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, **esta Administradora Judicial** conclui pela **PROCEDÊNCIA** da divergência de crédito apresentada pelo Credor, retificando o valor do crédito de titularidade do Credor para o importe de **R\$180.981,13 (cento e oitenta mil novecentos e oitenta e um reais e treze centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

3.13 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – INDUSTRIA E COMERCIO DE TRIGO MARIOPOLIS LTDA

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 42.099,98	R\$ 42.100,00	R\$ 42.100,00

O Credor Industria E Comercio De Trigo Mariopolis LTDA apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do valor de sua titularidade para **R\$ 42.100,00 (quarenta dois mil e cem reais)**, outrora habilitado pelas Recuperandas no importe de R\$ 42.099,98

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P.JXHU LC7C5 DDPVV LQB2B



(quarenta e dois mil noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

Em apertada síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito deve ser retificado, apresentando documentos comerciais (notas fiscais e fatura) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstanciam o crédito, sendo eles:

Documento	Data de Emissão	Valor (em reais)
8493	29/11/2023	R\$ 25.100,00
8507	24/11/2023	R\$ 17.600,00
VALOR TOTAL		R\$ 42.100,00

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, **esta Administradora Judicial** conclui pela **PROCEDÊNCIA** da divergência de crédito apresentada, retificando o valor do crédito de titularidade do Credor para o importe de **R\$ 42.100,00 (quarenta e dois mil e cem reais)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

3.14 - DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – JJ INSTALAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 594.767,31	R\$ 0	R\$ 594.767,31

O Credor JJ Instalações Comerciais LTDA apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a exclusão integral dos créditos de sua titularidade da relação de credores, indicados pelas Recuperandas *a priori*, em razão de todo o importe se tratar de crédito extraconcursal, tendo em vista estarem vinculados a negócio jurídico celebrado com reserva de domínio de bens móveis vinculadas aos contratos firmados entre as partes que dão origem aos créditos.

Em seu petitório, o credor apresentou 5 (cinco) notas fiscais, que comprovam o negócio jurídico celebrado, quais sejam:

Documento (NF)	Data de Emissão	Valor (em reais)
043.202	15/09/2023	303.780,53
043.252	19/09/2023	170.360,50
043.324	22/09/2023	335.148,55
043.414	28/09/202	43.077,02
043.632	11/10/2023	107.633,40
VALOR TOTAL		R\$ 960.000,00

Não obstante o valor integral das NF's, o Credor Divergente em seu petitório destaca que o valor remanescente a ser adimplido coincide com aquele indicado pelas Recuperandas no importe de R\$ 594.767,31 (quinhentos e noventa e quatro mil setecentos e sessenta e sete reais e trinta e um centavos), mas que seu petitório todavia, se propõe a reconhecer a extraconcursalidade integral do montante em razão da reserva de domínio atribuída aos bens vinculados ao negócio jurídico que dão origem aos créditos.

No que tange as NF's e valores supra descritas, alegados pelo Credor como de **natureza extraconcursal** por possuírem reserva de domínio, tem-se que a condição/cláusula (da reserva de domínio), está descrita nas próprias NF's emitidas, a saber:

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P.JXHU LC7C5 DDPVV LQB2B



NF nº 043.632:

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
A JJ NAO SE RESPONSABILIZA PELO DIFERENCIAL DE ALIQUOTAS
QUANDO NAO HA PREVISAO LEGAL. MERCADORIA NAO ENQUADRADA
NO PROTOCOLO 192/2009..
PRODUTO DESTINADO AO ATIVO IMOBILIZADO
.... GARANTIA: MOVEIS E GONDOLAS 1 (UM) ANO APOS FATURAMENTO, REFRIGERACAO, GABINETES E CHECK-OUTS 3 (TRES)
MESES APOS FATURAMENTO, EXCETO PARA LAMPADAS, REATORES,VIDROS E MARMORES NAO COBERTOS POR
GARANTIA. **MERCADORIA COM RESERVA DE DOMINIO ATE O TOTAL PAGAMENTO DESTA NOTA FISCAL**
Trib aprox R\$: 15949,58 Federal e 14434,66 Estadual Fonte: IBPT/FECOMERCIO RJ Xe67eQ

NF nº 043.414:

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
A JJ NAO SE RESPONSABILIZA PELO DIFERENCIAL DE ALIQUOTAS
QUANDO NAO HA PREVISAO LEGAL. MERCADORIA NAO ENQUADRADA
NO PROTOCOLO 192/2009..
PRODUTO DESTINADO AO ATIVO IMOBILIZADO
.... GARANTIA: MOVEIS E GONDOLAS 1 (UM) ANO APOS FATURAMENTO, REFRIGERACAO, GABINETES E CHECK-OUTS 3 (TRES)
MESES APOS FATURAMENTO, EXCETO PARA LAMPADAS, REATORES,VIDROS E MARMORES NAO COBERTOS POR
GARANTIA. **MERCADORIA COM RESERVA DE DOMINIO ATE O TOTAL PAGAMENTO DESTA NOTA FISCAL**
Trib aprox R\$: 6383,33 Federal e 5006,54 Estadual Fonte: IBPT/FECOMERCIO RJ Xe67eQ

NF nº 043.252:

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
A JJ NAO SE RESPONSABILIZA PELO DIFERENCIAL DE ALIQUOTAS
QUANDO NAO HA PREVISAO LEGAL. MERCADORIA NAO ENQUADRADA
NO PROTOCOLO 192/2009..
.BASE DE CALCULO REDUZIDA EM 26,66% , CONFORME CONVENIO 52/91
PRODUTO DESTINADO AO ATIVO IMOBILIZADO.. GARANTIA: MOVEIS E GONDOLAS 1 (UM) ANO APOS FATURAMENTO,
REFRIGERACAO, GABINETES E CHECK-OUTS 3 (TRES) MESES APOS FATURAMENTO, EXCETO PARA LAMPADAS,
REATORES,VIDROS E MARMORES NAO COBERTOS POR GARANTIA. **MERCADORIA COM RESERVA DE DOMINIO ATE O TOTAL
PAGAMENTO DESTA NOTA FISCAL**
Trib aprox R\$: 23851,52 Federal e 11428,67 Estadual Fonte: IBPT/FECOMERCIO RJ Xe67eQ

NF nº 043.324:

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
A JJ NAO SE RESPONSABILIZA PELO DIFERENCIAL DE ALIQUOTAS
QUANDO NAO HA PREVISAO LEGAL. MERCADORIA NAO ENQUADRADA
NO PROTOCOLO 192/2009..
PRODUTO DESTINADO AO ATIVO IMOBILIZADO
.... GARANTIA: MOVEIS E GONDOLAS 1 (UM) ANO APOS FATURAMENTO, REFRIGERACAO, GABINETES E CHECK-OUTS 3 (TRES)
MESES APOS FATURAMENTO, EXCETO PARA LAMPADAS, REATORES,VIDROS E MARMORES NAO COBERTOS POR
GARANTIA. **MERCADORIA COM RESERVA DE DOMINIO ATE O TOTAL PAGAMENTO DESTA NOTA FISCAL**
Trib aprox R\$: 49624,35 Federal e 38454,65 Estadual Fonte: IBPT/FECOMERCIO RJ Xe67eQ

NF nº 043.202:

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
A JJ NAO SE RESPONSABILIZA PELO DIFERENCIAL DE ALIQUOTAS
QUANDO NAO HA PREVISAO LEGAL. MERCADORIA NAO ENQUADRADA
NO PROTOCOLO 192/2009..
PRODUTO DESTINADO AO ATIVO IMOBILIZADO
.... GARANTIA: MOVEIS E GONDOLAS 1 (UM) ANO APOS FATURAMENTO, REFRIGERACAO, GABINETES E CHECK-OUTS 3 (TRES)
MESES APOS FATURAMENTO, EXCETO PARA LAMPADAS, REATORES,VIDROS E MARMORES NAO COBERTOS POR
GARANTIA. **MERCADORIA COM RESERVA DE DOMINIO ATE O TOTAL PAGAMENTO DESTA NOTA FISCAL**
Trib aprox R\$: 41088,23 Federal e 11071,66 Estadual Fonte: IBPT/FECOMERCIO RJ Xe67eQ

Aprioristicamente, embora, de fato, seja de natureza extraconcursal os créditos vinculados a negócio jurídico com reserva de domínio, conforme previsão do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, na forma do art. 522 do Código Civil, a cláusula de reserva de domínio deve ser estipulada por escrito⁹, devendo ser aceita expressamente pelas partes que entabulam essa modalidade de negócio jurídico, em razão da bilateralidade contratual.

No petitório de Divergência, o Credor para além de não apresentar contrato escrito devidamente subscrito pelas partes, quiçá apresentou o canhoto devidamente subscrito pelas Recuperanda ou eventuais prepostos no ato de entrega da mercadoria.

⁹ Art. 522. A cláusula de reserva de domínio será estipulada por escrito e depende de registro no domicílio do comprador para valer contra terceiros.

Sobre o tema inclusive, é a dicção jurisprudencial:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - IMPUGNAÇÃO CONTRA A RELAÇÃO DE CREDORES - VENDA DE EQUIPAMENTOS COM CLÁUSULA DE RESERVA DE DOMÍNIO - ACEITAÇÃO EXPRESSA DO COMPROVADOR - AUSÊNCIA - CRÉDITO SUJEITO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL - RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Em regra, estão sujeitos à recuperação judicial os créditos vencidos ou vincendos, existentes na data do pedido de processamento da recuperação, todavia, a própria Lei nº. 11.101/05 prevê exceções, ou seja, créditos que não são atingidos pelos efeitos da recuperação judicial, como, por exemplo, o crédito de compra e venda com reserva de domínio (art. 49, § 3º). **2. A cláusula de reserva de domínio tem como requisito de validade a forma escrita**, seja por instrumento público ou particular, contudo, para que tenha eficácia junto a terceiros, necessário, ainda, o registro no Cartório de Títulos e Documentos do domicílio do comprador (art. 522 do CC/02). 3. Nessa estreita via cognitiva, entendo que deve ser mantida a decisão agravada, posto que, diferentemente do que tenta fazer crer a agravante, **embora bastasse a previsão escrita da cláusula de reserva de domínio para ter validade entre as partes, por obvio, necessário que a compradora tivesse aderido expressamente, tendo em vista a bilateralidade contratual, o que, ao que tudo indica, não ocorreu, tratando-se, em verdade, de uma previsão unilateral da recorrente.** 4. Negar provimento ao recurso.¹⁰ (g. n.)

Veja-se que, não se olvida da existência do negócio jurídico celebrado pelas partes, haja vista inclusive a concordância exarada pelo Credor com o valor indicado pela Recuperanda na relação de credores (primeira lista) que trata o art. 51, III da Lei 11.101/2005¹¹, entretanto, no que diz respeito a (in) existência da cláusula de reserva de domínio, o entendimento desta AJ é de que não há como concluir pelo aceite expresso das Recuperandas, seja pela assinatura de eventual contrato com previsão da cláusula em deslinde, ou canhoto de aceite devidamente subscrito pelas Recuperandas (ou eventual preposto) com referência as NF's e a respectiva previsão da cláusula de reserva de domínio.

Ante o exposto, o entendimento desta Administradora Judicial é pela improcedência do pedido de extraconcursabilidade integral do montante, ante a não comprovação de anuência/aceite das Recuperandas da cláusula de reserva de domínio lavrada nas NF's apresentadas pelo Credor Divergente, consoante previsão do art. 9, IV da lei 11.101/2005¹²

Desta feita, considerando os documentos/informações apresentadas pelo Credor e os documentos, **esta Administradora Judicial** conclui pela **IMPROCEDÊNCIA** da Divergência apresentada pelo Credor, sendo a integralidade de seus créditos mantidos na relação de credores no importe de **R\$ 594.767,31 (quinhentos e noventa e quatro mil setecentos e sessenta e sete reais e trinta e um centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

3.15 - ANUÊNCIA DE CRÉDITO – KIKE LOG BRASIL LTDA

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 7.447,23	R\$ 7.447,23	R\$ 7.447,23

O Credor KIKE Log Brasil Ltda apresentou anuência a esta Administradora Judicial, ocasião em que requereu a manutenção do valor de sua titularidade em **R\$ 7.447,23 (sete mil quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte e três centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

10 (TJ-MG - AI: 10000180783151006 MG, Relator: Teresa Cristina da Cunha Peixoto, Data de Julgamento: 24/09/2020, Câmaras Cíveis / 8ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 28/09/2020)

11 Art. 51.

[...]

III - a relação nominal completa dos credores, sujeitos ou não à recuperação judicial, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço físico e eletrônico de cada um, a natureza, conforme estabelecido nos arts. 83 e 84 desta Lei, e o valor atualizado do crédito, com a discriminação de sua origem, e o regime dos vencimentos;

12 Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter:

IV - a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento;

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: P.JXHU LC7C5 DDPVV LQB2B



Em apertada síntese, aduz, o Credor, que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está correto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstanciam o crédito, sendo eles:

Documento	Data de Emissão	Valor (em reais)
NF nº 185218	16/11/2023	R\$ 7.447,23
VALOR TOTAL		R\$ 7.447,23

Ante o exposto, tendo em vista a anuência exarada pelo Credor após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente **MANTIDO**, no importe de **R\$ 7.447,23 (sete mil quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte e três centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

3.16 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – MIRANTE COMERCIO E INDÚSTRIA LTDA

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 92.378,59	R\$ 95.129,49	R\$ 95.129,49

O Credor Mirante Comercio E Industria LTDA apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do valor de sua titularidade para **R\$ 95.129,49 (noventa e cinco mil cento e vinte e nove reais e quarenta e nove centavos)**, outrora habilitado pelas Recuperandas no importe de R\$ 92.378,59 (noventa e dois mil trezentos e setenta e oito reais e cinquenta e nove centavos).

Em apertada síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito deve ser retificado, apresentando documentos comerciais (notas fiscais e fatura) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstanciam o crédito, sendo eles:

Documento	Data de Emissão	Valor (em reais)
474865	31/10/2023	R\$ 6.902,85
474865	31/10/2023	R\$ 6.902,85
479441	17/11/2023	R\$ 6.323,87
479441	17/11/2023	R\$ 6.323,87
479441	17/11/2023	R\$ 6.323,87
479441	17/11/2023	R\$ 6.323,87
479441	17/11/2023	R\$ 6.323,87
479441	17/11/2023	R\$ 6.323,87
479441	17/11/2023	R\$ 6.323,87
479442	17/11/2023	R\$ 2.750,92
479442	17/11/2023	R\$ 2.750,92
479442	17/11/2023	R\$ 2.750,92
479442	17/11/2023	R\$ 2.750,92
479442	17/11/2023	R\$ 2.750,92
479442	17/11/2023	R\$ 2.750,89
479443	17/11/2023	R\$ 1.356,60
479444	17/11/2023	R\$ 2.845,13
479444	17/11/2023	R\$ 2.845,13

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PUXHU LC7C5 DDPVV LQB2B



Documento	Data de Emissão	Valor (em reais)
479444	17/11/2023	R\$ 2.845,13
479444	17/11/2023	R\$ 2.845,13
479444	17/11/2023	R\$ 2.845,13
479444	17/11/2023	R\$ 2.845,15
479445	17/11/2023	R\$ 1.407,95
479445	17/11/2023	R\$ 1.407,95
479445	17/11/2023	R\$ 1.407,95
479445	17/11/2023	R\$ 1.407,95
479445	17/11/2023	R\$ 1.407,95
479445	17/11/2023	R\$ 1.407,93
VALOR TOTAL		R\$ 95.129,49

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, **esta Administradora Judicial** conclui pela **PROCEDÊNCIA** da divergência de crédito apresentada, retificando o valor do crédito de titularidade do Credor para o importe de **R\$ 95.129,49 (noventa e cinco mil cento e vinte e nove reais e quarenta e nove centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

3.17 - ANUÊNCIA DE CRÉDITO – MOINHO DE TRIGO E MAD BOLSON LTDA

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 9.818,00	R\$ 9.818,00	R\$ 9.818,00

O Credor Moinho De Trigo E Mad Bolson LTDA apresentou anuência a esta Administradora Judicial, ocasião em que requereu a manutenção do valor de sua titularidade em **R\$ 9.818,00 (nove mil oitocentos e dezoito reais)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

Em apertada síntese, aduz, o Credor, que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está correto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstanciam o crédito, sendo eles:

Documento	Data de Emissão	Valor (em reais)
NF nº 57668	17/11/2023	R\$ 9.818,00
VALOR TOTAL		R\$ 9.818,00

Ante o exposto, tendo em vista a anuência exarada pelo Credor após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente **MANTIDO**, no importe de **R\$ 9.818,00 (nove mil oitocentos e dezoito reais)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

3.18 - ANUÊNCIA DE CRÉDITO – POLINA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 2.116,25	R\$ 2.116,25	R\$ 2.116,25

O Credor Polina Comercial de Alimentos LTDA apresentou anuência a esta Administradora Judicial, ocasião em que requereu a manutenção do valor de sua titularidade em **R\$ 2.116,25 (dois mil cento e**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P.JXHU LC7C5 DDPVV LQB2B

dezesseis reais e vinte e cinco centavos), na Classe III – Créditos Quirografários.

Em apertada síntese, aduz, o Credor, que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está correto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstanciam o crédito, sendo eles:

Documento	Data de Emissão	Valor (em reais)
NF nº 603886	10/01/2024	R\$ 2.116,25
VALOR TOTAL		R\$ 2.116,25

Ante o exposto, tendo em vista a anuência exarada pelo Credor após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente **MANTIDO**, no importe de **R\$ 2.116,25 (dois mil cento e dezesseis reais e vinte e cinco centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

3.19 - ANUÊNCIA DE CRÉDITO – PRODUTOS QUÍMICOS ORION S.A.

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 11.595,55	R\$ 11.595,55	R\$ 11.595,55

O Credor Produtos Químicos Orion S.A. apresentou anuência a esta Administradora Judicial, ocasião em que requereu a manutenção do valor de sua titularidade em **R\$ 11.595,55 (onze mil quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta e cinco centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

Em apertada síntese, aduz, o Credor, que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está correto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstanciam o crédito, sendo eles:

Documento	Data de Emissão	Valor (em reais)
NF nº 191171	14/11/2023	R\$ 11.595,55
VALOR TOTAL		R\$ 11.595,55

Ante o exposto, tendo em vista a anuência exarada pelo Credor após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente **MANTIDO**, no importe de **R\$ 11.595,55 (onze mil quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta e cinco centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

3.20 - ANUÊNCIA DE CRÉDITO – SUDOESTE INDÚSTRIA E COMERCIO DE AÇOS LTDA

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 18.253,00	R\$ 18.253,00	R\$ 18.253,00

O Credor Sudoeste Indústria e Comercio De Aços LTDA apresentou anuência a esta Administradora Judicial, ocasião em que requereu a manutenção do valor de sua titularidade em **R\$ 18.253,00 (dezoito mil duzentos e cinquenta e três reais)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

Em apertada síntese, aduz, o Credor, que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está correto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstanciam o crédito, sendo eles:

Documento	Data de Emissão	Valor (em reais)
NF nº 242131	16/11/2023	R\$ 1.899,00
NF nº 241861	09/11/2023	R\$ 2.389,98
NF nº 243379	30/11/2023	R\$ 1.471,25
NF nº 242203	16/11/2023	R\$ 2.899,75
NF nº 243383	30/11/2023	R\$ 1.246,50
NF nº 242446	20/11/2023	R\$ 1.391,00
NF nº 241861	09/11/2023	R\$ 2.389,98
NF nº 242663	22/11/2023	R\$ 2.175,55
NF nº 241861	09/11/2023	R\$ 2.389,99
VALOR TOTAL		R\$ 18.253,00

Ante o exposto, tendo em vista a anuência exarada pelo Credor após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente **MANTIDO**, no importe de **R\$ 18.253,00 (dezoito mil duzentos e cinquenta e três reais)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

3.21 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – TRADEMASTER INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 26.335,77	R\$ 203.248,13	R\$ 203.248,13

O Credor Trademaster Instituição De Pagamento, Serviços E Participações S.A., apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a Habilitação de crédito de sua titularidade na cifra de **R\$ 203.248,13 (duzentos e três mil duzentos e quarenta e oito reais e treze centavos)**, outrora habilitado pelas Recuperandas no importe de R\$ 26.335,77 (vinte e seis mil trezentos e trinta e cinco reais e setenta e sete centavos).

Em apertada síntese, aduz o Credor que parte dos créditos Habilitados em favor de um terceiro Credor (Megamix Distribuidora LTDA) na verdade são de sua titularidade, pois celebrou um contrato de representação junto deste credor terceiro, motivo pelo qual requer a habilitação destes valores em seu favor na relação de credores, apresentando documentos comerciais (notas fiscais e comprovantes da transação comercial) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstanciam o crédito, sendo eles:

Documento	Data de Emissão	Valor (em reais)
NF nº 468197 004	17/11/2023	R\$ 44.849,78
NF nº 468197 004	17/11/2023	R\$ 44.642,44
NF nº 468197 004	17/11/2023	R\$ 44.746,10
NF nº 468197 004	17/11/2023	R\$ 44.953,46
NF nº 468198 004	17/11/2023	R\$ 5.993,23
NF nº 468198 004	17/11/2023	R\$ 6.007,12
NF nº 468198 004	17/11/2023	R\$ 6.021,04
NF nº 468198 004	17/11/2023	R\$ 6.034,96
VALOR TOTAL		R\$ 203.248,13

Sobre o tema, o entendimento desta Administradora Judicial é pelo provimento integral do pedido, na medida em que, em análise do instrumento celebrado entre o Credor Habilitante e o Credor Terceiro (Megamix Distribuidora LTDA), constata-se a celebração de negócio jurídico de endosso translativo, com a outorga do direito creditício detido *a priori* pelo credor terceiro em favor do Credor Habilitante.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, **esta Administradora Judicial** conclui pela **PROCEDÊNCIA** da divergência de crédito apresentada pelo Credor, retificando o valor do crédito de titularidade do Credor para o importe de **R\$ 203.248,13 (duzentos e três mil duzentos e quarenta e oito reais e treze centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

3.22 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO – ZMPL LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 0	R\$ 42.491,73	R\$ 42.491,73

O Credor ZMPL Logística e Transportes LTDA apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a Habilitação de crédito de sua titularidade na cifra de **R\$ 42.491,73 (quarenta e dois mil quatrocentos e noventa e um reais e setenta e três centavos)**, outrora habilitado pelas Recuperandas parcialmente em favor de um terceiro credor (Nestle Brasil LTDA).

Em apertada síntese, aduz o Credor que efetuou o pagamento dos valores devidos ao Credor originário (Nestle Brasil LTDA), sub-rogando-se nos direitos creditícios daquele perante as Recuperandas, motivo pelo qual requer a habilitação destes valores, apresentando documentos comerciais (notas fiscais e comprovantes da transação comercial) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstanciam o crédito, sendo eles:

Documento	Data de Emissão	Valor (em reais)
NF nº 186129	22/11/2023	R\$ 6.420,75
NF nº 186130	22/11/2023	R\$ 36.070,98
VALOR TOTAL		R\$ 42.491,73

Sobre o tema, o entendimento desta Administradora Judicial é pelo provimento integral do pedido, na medida em que, nos termos do contrato celebrado entre o Credor Habilitante e o Credor Originário, uma vez adimplido os valores devidos pelas Recuperandas, perante o credor originário, o novel credor, ora habilitante, sub-rogou-se nos direitos creditícios do credor sub-rogado, conforme prevê o art. 346 do Código Civil e seguintes.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, **esta Administradora Judicial** conclui pela **PROCEDÊNCIA** da habilitação de crédito apresentada, habilitando o valor do crédito de titularidade do Credor no importe de **R\$ 42.491,73 (quarenta e dois mil quatrocentos e noventa e um reais e setenta e três centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJXHU LC7C5 DDPVV LQB2B



HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS CLASSE IV
CRÉDITOS ME/EPP

2.1 ANUÊNCIA DE CRÉDITO – F. PEL INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS E PLASTICOS LTDA ME

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 14.460,75	R\$ 14.460,75	R\$ 14.460,75

O Credor **F. Pel Industria E Comercio De Papeis E Plásticos LTDA ME** apresentou anuência a esta Administradora Judicial, ocasião em que requereu a manutenção do valor de sua titularidade em **R\$ 14.460,75 (quatorze mil quatrocentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos)**, na Classe IV – Créditos ME/EPP.

Em apertada síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está correto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais e/ou boletos) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstancia o crédito, sendo eles:

Documento	Data de Emissão	Valor (em reais)
NF nº 12104	13/11/2023	R\$ 14.460,75
VALOR TOTAL		R\$ 14.460,75

Ante o exposto, tendo em vista a anuência exarada pelo Credor e após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente **MANTIDO** no importe de **R\$ 14.460,75 (quatorze mil quatrocentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos)**, na **Classe IV – Créditos ME/EPP**.

2.2 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – FORTI-PEL INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E PLASTICOS LTDA

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 13.176,00	R\$ 8.855,00	R\$ 8.855,00

O Credor **Forti-Pel Industria E Distribuidora De Papeis E Plasticos LTDA ME**, apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação de crédito de sua titularidade para a cifra de **R\$ 8.855,00 (oito mil oitocentos e cinquenta e cinco reais)**, outrora habilitado pelas Recuperandas no importe de R\$ 13.176,00 (treze mil cento e setenta e seis reais).

Em apertada síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está incorreto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais e/ou boletos) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstancia o crédito, sendo eles:

Documento	Data de Emissão	Valor (em reais)
1957	18/11/2023	R\$ 970,00
2018	01/12/2023	R\$ 459,00
2014	01/12/2023	R\$ 3.160,00
2023	05/12/2023	R\$ 4.266,00
VALOR TOTAL		R\$ 8.855,00

Em análise dos documentos apresentados pelo Credor, bem como aqueles remetidos pelas Recuperandas, identificou-se que, na relação de credores de mov. 1.13, para além dos valores supra descritos, também fora arrolado em favor do credor o importe de R\$ 4.321,00 (quatro mil trezentos e vinte e um reais), que na realidade pertence a outro credor com razão social homônima, mas CNPJ distinto do Credor Habilitante (FP DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E PLASTICOS LTDA-CNPJ nº 13.401.374/0001-60).

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, **esta Administradora Judicial** conclui pela **PROCEDÊNCIA** da divergência de crédito apresentada pelo Credor, retificando o valor do crédito de titularidade do Credor para o importe de **R\$ 8.855,00 (oito mil oitocentos e cinquenta e cinco reais)**, na **Classe IV – Créditos ME/EPP**.

2.3 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – FP DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS E PLÁSTICOS LTDA-ME

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 0	R\$ 4.321,00	R\$ 4.321,00

O Credor **FP Distribuidora De Papéis e Plásticos LTDA-ME**, apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Habilitação de Crédito, ocasião em que requereu a Habilitação de crédito de sua titularidade na cifra de **R\$ 4.321,00 (quatro mil trezentos e vinte e um reais)**.

Em apertada síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito não foi habilitado pelas Recuperandas, apresentando documentos comerciais (notas fiscais e/ou boletos) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstancia o crédito:

Documento	Data de Emissão	Valor (em reais)
NF nº 11444	18/11/2023	R\$ 4.321,00
VALOR TOTAL		R\$ 4.321,00

Em análise dos documentos apresentados pelo Credor, bem como aqueles remetidos pelas Recuperandas, identificou-se que, na relação de credores de mov. 1.13, o montante que se pretende habilitar fora arrolado em favor de outro credor com razão social homônima, mas CNPJ distinto do Credor Habilitante (**Forti-Pel Industria E Distribuidora De Papeis E Plasticos LTDA ME**-CNPJ nº 05.904.054/0001-03).

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, **esta Administradora Judicial** conclui pela **PROCEDÊNCIA** da habilitação de crédito apresentada pelo Credor, habilitando o valor do crédito de titularidade do Credor no importe de **R\$ 4.321,00 (quatro mil trezentos e vinte e um reais)**, na **Classe IV – Créditos ME/EPP**.

2.4 ANUÊNCIA DE CRÉDITO – INCON INDUSTRIA DE CONDIMENTOS LTDA EPP

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 6.002,57	R\$ 6.002,57	R\$ 6.002,57

O Credor **Incon Industria De Condimentos LTDA EPP** apresentou anuência a esta Administradora Judicial, ocasião em que requereu a manutenção do valor de sua titularidade em **R\$ 6.002,57 (seis mil dois reais e cinquenta e sete centavos)**, na Classe IV – Créditos ME/EPP.

Em apertada síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está correto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais e/ou boletos) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstancia o crédito, sendo eles:

Documento	Data de Emissão	Valor (em reais)
NF nº 167094	10/11/2023	R\$ 5.286,37
NF nº 165.326	09/10/2023	R\$ 716,20
VALOR TOTAL		R\$ 6.002,57

Ante o exposto, tendo em vista a anuência exarada pelo Credor e após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente **MANTIDO**, no importe de **R\$ 6.002,57 (seis mil dois reais e cinquenta e sete centavos)**, na Classe IV – Créditos ME/EPP.

2.5 ANUÊNCIA DE CRÉDITO – INDUSTRIA E COMERCIO DE BISCOITOS CASCATA LTDA ME

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 1.605,00	R\$ 1.605,00	R\$ 1.605,00

O Credor **Industria E Comercio De Biscoitos Cascata LTDA ME** apresentou anuência a esta Administradora Judicial, ocasião em que requereu a manutenção do valor de sua titularidade em **R\$ 1.605,00 (um mil seiscentos e cinco reais)**, na Classe IV – Créditos ME/EPP.

Em apertada síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está correto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais e/ou boletos) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstancia o crédito:

Documento	Data de Emissão	Valor (em reais)
NF nº 9914	29/11/2023	R\$ 1.605,00
VALOR TOTAL		R\$ 1.605,00

Ante o exposto, tendo em vista a anuência exarada pelo Credor e após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente **MANTIDO**, no importe de **R\$ 1.605,00 (um mil seiscentos e cinco reais)**, na Classe IV – Créditos ME/EPP.

2.6 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – LOURIVAL EQUIPAMENTOS E GASES LTDA EPP

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 940,00	R\$ 4.471,00	R\$ 4.471,00

O Credor **Lourival Equipamentos e Gases LTDA EPP** apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do valor de sua titularidade para **R\$ 4.471,00 (quatro mil quatrocentos e setenta e um reais)**, outrora habilitado pelas Recuperandas no importe de R\$ 940,00 (novecentos e quarenta reais).

Em apertada síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito deve ser retificado, apresentando documentos comerciais (notas fiscais e fatura) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstanciam o crédito, sendo eles:

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXHU LC7C5 DDPVV LQB2B

Documento	Data de Emissão	Valor (em reais)
NF nº 60392	13/11/2023	R\$ 221,00
NF nº 60558	30/11/2023	R\$ 3.070,00
NF nº 60040	09/10/2023	R\$ 240,00
NF nº 60408	16/11/2023	R\$ 940,00
VALOR TOTAL		R\$ 4.471,00

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da divergência de crédito apresentada, retificando o valor do crédito de titularidade do Credor para o importe de R\$ 4.471,00 (quatro mil quatrocentos e setenta e um reais), **na Classe IV – Créditos ME/EPP**.

2.7 ANUÊNCIA DE CRÉDITO – MADAM CALÇADOS LTDA EPP

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 10.262,23	R\$ 10.262,23	R\$ 10.262,23

O Credor **MADAM CALÇADOS LTDA EPP** apresentou anuência a esta Administradora Judicial, ocasião em que requereu a manutenção do valor de sua titularidade em **R\$ 10.262,23 (dez mil duzentos e sessenta e dois reais e vinte e três centavos)**, na Classe IV – Créditos ME/EPP.

Em apertada síntese, aduz o Credor que o valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas está correto, apresentando documentos comerciais (notas fiscais e/ou boletos) constituídos antes do pedido de Recuperação Judicial que consubstancia o crédito, sendo eles:

Documento	Data de Emissão	Valor (em reais)
NF nº 26612	05/12/2023	R\$ 3.125,41
NF nº 26241	13/11/2023	R\$ 7.136,82
VALOR TOTAL		R\$ 10.262,23

Ante o exposto, tendo em vista a anuência exarada pelo Credor e após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente **MANTIDO**, no importe de **R\$ 10.262,23 (dez mil duzentos e sessenta e dois reais e vinte e três centavos)**, na Classe IV – Créditos ME/EPP.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJXHU LC7C5 DDPVV LQB2B

HABILITAÇÃO E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITO INTEMPESTIVAS

A priori, importante destacar que o edital do art. 52, § 1º, da Lei 11.101/2005, foi devidamente publicado no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná, na Edição nº 3595, com data de publicação em 06/02/2024 (veiculado em 05/02/2024), desta forma o último dia para realização de habilitações e divergências (administrativamente) culminou na data de **21/02/2024**, nos termos do art. 7º, § 1º da Lei 11.101/2005.

Nesse sentido, imperioso mencionar que houve apresentação **INTEMPESTIVA** de habilitações/ divergências de crédito pelos seguintes credores, em dissonância ao prazo previsto no artigo 7º, § 1º, da Lei 11.101/2005: **Classe III – BRF S.A. (e-mail apresentado em 27/03/2024); Companhia Nacional De Alcool (e-mail apresentado em 28/02/2024); Coamo Agroindustrial Cooperativa (e-mail apresentando em 22/02/2024); Cooperativa Santa Clara LTDA (e-mail apresentando em 01/03/2024); Daiane Daniela Jakaboski LTDA (e-mail apresentando em 15/03/2024); DE Valérios Ind. e Comércio de Erva Mate LTDA (e-mail apresentando em 08/03/2024); Dialli Distribuidora De Alimentos LTDA (e-mail apresentado em 01/03/2024); Ezequiel Fernandes (e-mail apresentando em 25/03/2024); Frigorífico TMJ LTDA (e-mail apresentando em 11/03/2024); Frimesa Cooperativa Central (e-mail apresentando em 22/02/2024); Gebon Sorvetes LTDA (e-mail apresentado em 26/02/2024); Indústria de Vinagres Koller LTDA (e-mail apresentado em Laticínios Bela Vista S.A (e-mail apresentado em 23/02/2024); Mineradora Fazenda Traíra LTDA (e-mail apresentado em 05/03/2024); Pietrobon & CIA LTDA (e-mail apresentado em 23/02/2024); Vital Alimentos LTDA (e-mail apresentado em 28/02/2024); Classe IV - Neomar Artigos Infantis em Geral LTDA EPP (e-mail apresentado em 22/02/2024); Premolfort Fabricacao e Comercio De Pré-moldados LTDA ME (e-mail apresentado em 01/03/2024); Shopping Das Tintas – Comércio De Tintas e Materiais De Construção LTDA ME (e-mail apresentado em 01/03/2024).**

Todavia, em que pese a apresentação de habilitação/divergência *intempestiva* pelo credor, com fito de empenhar celeridade e economia processual, bem como para fins de apresentação de relação de credores fidedigna, esta Administradora Judicial informa que será realizada a análise individual de todos os créditos com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais dos Devedores e nos documentos que lhe foram apresentados pelos Credores, em consonância ao art. 7º da Lei 11.101/2005.





São Paulo/SP

Av. Paulista, 302, 9º andar
Ed. José Martins Borges
Bela Vista - CEP 01310-000
11 3135-6549 / 11 98797-8850



Curitiba/PR

Av. Cândido de Abreu, 776
Ed. World Business - Sala 1306
Centro Cívico - CEP 08053-000
41 3206-2754 / 41 99189-2968



Maringá/PR

Av. Mauá, 2720
Ed. Villagio Di Itália - Sala 04
Zona 03 - CEP 87050-020
44 3226-2968 / 44 99127-2968



@marquesadmjudiciais

www.marquesadmjudicial.com.br
contato@marquesadmjudicial.com.br

